

Delben aposta na recuperação do País

Rio — O economista, empresário e ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Luiz Carlos Delben Leite, de 47 anos, agora presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), está muito animado. Ele acredita que a instituição poderá estimular o aumento da produção por parte das empresas, abrindo caminho para o crescimento econômico do qual o Brasil se distanciou há quase 13 anos. É verdade que o orçamento do sistema BNDES, hoje cerca de US\$ 3,5 bilhões, não daria conta do recado, mas Delben Leite está convencido de que, com criatividade na busca de novas fontes de recursos, à estreiteza do orçamento não será empecilho.

Uma das suas propostas é criar títulos emitidos pelo banco, que os fundos de pensão absorveriam em troca de atualização monetária e juros anuais de 6%. O problema é que, como o mercado ainda é muito especulativo, com oportunidades de ganhos superiores a 6% ao ano, os fundos somente colocariam esses títulos em carteira se fossem obrigados. Delben Leite reconhece isso e sugere que tais papéis sejam de fato compulsórios. O que, admite também, não agrada a essas entidades.

— O BNDES, que é a única fonte brasileira de recursos de longo prazo, atravessou um período tumultuado nos últimos cinco meses, com três mudanças de presidentes. Quais são, neste momento, as principais preocupações do banco?

— Queremos retomar a linha do crescimento econômico, por intermédio do estímulo ao aumento da produção. Hoje, quando o consumo cresce um pouco, acaba havendo falta de produtos. No Plano Cruzado isso provocou a cobrança de ágio e hoje geraria inflação. Por isso é muito importante começar logo a promover o aumento da produção.

— Mas será que os empresários vão querer aumentar a produção, já que há uma espécie de tradição pela qual, diante de crises, eles preferem reduzir a produção e aumentar preços, preservando o faturamento?

— Os empresários brasileiros foram levados a reduzir a produção



Delben usará criatividade para estimular economia com US\$ 3,5

para preservar o próprio patrimônio, que muitas vezes resultou do esforço de toda a sua família. No governo Collor havia o discurso da modernidade, mas as linhas de financiamento para a atividade produtiva foram reduzidas e a política monetária levou as taxas de juros a patamares elevadíssimos provocando recessão interna.

— O senhor acredita que é possível mudar esta atitude?

— Na medida em que a situação do País comece a se estabilizar e se mostrarmos que o governo quer retomar o crescimento econômico, com sucessivas e cuidadosas reduções nas taxas de juros, além de oferecer financiamentos para estimular a produção, esta atitude mudará. Os empresários voltarão a enfrentar os riscos de novos investimentos.

— Que mudanças serão introduzidas na linha de atuação do BNDES para estimular o aumento da produção pelas empresas?

— Ainda não temos medidas prontas. Talvez possamos mudar formas de funcionamento da instituição. O banco deverá ser mais agressivo, buscando o cliente, mostrando-lhe oportunidades de investimento, transformando-se, enfim, em uma instituição pró-ativa. O BNDES dispõe de uma área de planejamento maravilhosa, que pode ser usada nesta atuação mais

agressiva, apresentando às empresas novos filões. Em São Paulo, eu estava envolvido no projeto da Hidrovia Tietê-Paraná, para cuja importância não se está atinando. O Tietê tem 1.040 quilômetros navegáveis, e com esse projeto o transporte de cargas pelo rio vai saltar de 2 milhões de toneladas anuais para 20 milhões.

— Seu antecessor no BNDES, Antônio Barros de Castro, dizia que a idéia de uma instituição mais ativa já tinha tomado conta do corpo técnico do banco. O senhor chegou ao BNDES já com esse pensamento ou foi "contaminado" dentro deles?

— Nossos pensamentos casaram-se muito bem, por uma feliz coincidência. Meu discurso de posse já foi nesse sentido.

— Um dos pontos que os técnicos do banco têm discutido muito ultimamente é a volta de uma visão setorial na concessão de financiamentos pelo BNDES. O senhor concorda?

— Até o final da década de 70, o BNDES seguiu firmemente uma política setorial. Trata-se de uma questão de fase da economia. Hoje, temos um complexo industrial formado por setores com características e problemas específicos. Não se trata, porém, de forma alguma, de criação de "cartórios" ou de con-

ceder privilégios a um ou outro setor.

— O BNDES tem hoje um orçamento de investimentos muito restrito, de cerca de US\$ 3,5 bilhões. Isso é suficiente para o tipo de atuação que se está pretendendo adotar no banco?

— O BNDES é o responsável, hoje, pelo financiamento de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB), mas no final dos anos 70 chegou a financiar 4%. Não podemos prescindir de recursos governamentais, mas também não devemos nos limitar a isso. Precisamos ser criativos na busca de novas fontes, tanto no mercado financeiro nacional como no internacional. Os fundos de pensão, que no mundo inteiro aplicam forte no investimento produtivo, constituem-se numa excelente fonte de recursos. Eu proponho que o BNDES emita títulos, autorizado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com prazo de dez anos, por exemplo. Esses títulos seriam absorvidos pelos fundos de pensão, que teriam rentabilidade anual de 6%, além, naturalmente, de atualização monetária plena, o que quer dizer que ganhariam exatamente aquilo que seus planos atuariais determinam que eles precisam obter por ano.

— Eles teriam de ficar com esses títulos compulsoriamente?

— Sim. Penso que 30% seria um bom percentual das reservas técnicas deles a se destinarem a esses títulos, pelo menos enquanto perdurar o quadro de mercado especulativo como o de hoje. Depois poderia deixar de ser compulsório. Tenho conversado com os dirigentes dos fundos de pensão e eles gostam da idéia de investir no sistema produtivo, mas discordam da compulsoriedade.

— O BNDES é o gestor do Programa Nacional de Desestatização (PND). O senhor acha que agora o programa deslança mesmo?

— O próprio presidente da República, Itamar Franco, me determinou que cuidasse para que o programa fosse o mais ágil possível e me disse que está absolutamente convencido de que ele precisa se completar. Em outras palavras, trata-se de decisão política irreversível do Presidente.